

09 NOV 2015

Presidente

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

10 NOV 2015

Protocolo: 239/15

Processo: 239/15

MENSAGEM N. 222, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIARecebido, Autue-se e
Inclua em pauta.

10 NOV 2015

1º Secretário

Folha

Estado de Rondônia

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Cria o Sistema Integral de Mediação Escolar".

Nobres Parlamentares, a violência é um fenômeno mundial de ordem psicossocial que atinge todas as instituições educacionais, representando um problema que afeta o Sistema Educacional, aqueles que o integram e a gestão escolar, formada, em regra, pelo diretor, vice-diretor, coordenadores e orientadores, sendo estes últimos, os profissionais que acompanham a ação educativa, cabendo-lhes equacionar os problemas que surgem na busca de soluções.

Nesse contexto, a violência escolar deve ser analisada e estudada, tendo em vista as prováveis consequências, priorizando, assim, a qualidade e o bem-estar do educando, que almeja a inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

A escola atual suscita mudanças, em razão da necessidade de lidar com a heterogeneidade gerada pela interculturalidade e pela movimentação migratória, considerando-se, ademais, que o cotidiano escolar tem sido palco de manifestações agressivas, variando desde depredações à agressões verbais e físicas.

Senhores Parlamentares, diante do exposto, o Projeto de Lei visa criar o Sistema Integral de Mediação Escolar, denominado Pró-Mediação, para difundir, promover e instituir a implementação de métodos cooperativos e pacíficos de abordagem de conflitos para todos os atores da comunidade educacional, instituindo um conjunto de princípios, normas, órgãos, práticas e métodos que promovam e assegurem o tratamento dos conflitos, de forma pacífica e colaborativa.

São objetivos do Sistema Integral de Mediação Escolar promover o tratamento dos conflitos institucionais, por meio da participação de processos de mediação ou outro método cooperativo e pacífico de abordagem, gestão e resolução de conflitos; propiciar atitudes favoráveis de reflexão e de diálogo cooperativo, frente às situações de conflito que possam se manifestar no âmbito escolar; fomentar o autoconhecimento e a autorregulamentação das condutas de diferentes atores institucionais e implementar estratégias de abordagem de conflitos que promovam o respeito e a apreciação da diversidade para a consolidação de cultura de tratamento pacífico e cooperativo dos conflitos.

Ainda, são funções do Sistema Integral de Mediação Escolar impulsionar a capacitação de todos os atores institucionais do Sistema Educacional em métodos cooperativos e pacíficos de abordagem de conflitos, incluídas a formação e a instância de atualização docente; assessorar, dentro da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, o modelo de Plano de Estudos de Mediação e outros métodos cooperativos e pacíficos de abordagem de conflitos no Sistema Educacional e em todas as carreiras de formação docente; definir requisitos, avaliar e certificar os mediadores que intervenham no Sistema Educacional de adultos, jovens e crianças; realizar monitoramento sobre o desenvolvimento, seguimento

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO

06 NOV 2015

Solanda

Cury



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

e avaliação dos Programas de Alunos Mediadores; promover e organizar encontros e intercâmbios entre distintos atores institucionais relacionados com o método pacífico e cooperativo de abordagem dos conflitos e desenvolver linhas mestres de intervenção ante os conflitos no Sistema Educacional Público Estadual.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015.

Cria o Sistema Integral de Mediação Escolar.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Sistema Integral de Mediação Escolar, denominado Pró-Mediação, com a finalidade de difundir, promover e instituir a implementação de métodos cooperativos e pacíficos de abordagem de conflitos para todos os atores da comunidade educacional, considerando-se suas especificidades.

Art. 2º. Entende-se por Sistema Integral de Mediação Escolar o conjunto de princípios, normas, órgãos, práticas e métodos que promovam e assegurem o tratamento dos conflitos entre atores da comunidade educacional de modo pacífico e colaborativo.

Art. 3º. Esta Lei é aplicável em todos os níveis e modalidades do Sistema Educacional Público do Estado de Rondônia.

Art. 4º. São objetivos do Sistema Integral de Mediação Escolar:

I - promover o tratamento dos conflitos institucionais, por meio da participação em processos de mediação ou outro método cooperativo e pacífico de abordagem, gestão e resolução de conflitos;

II - propiciar atitudes favoráveis de reflexão e de diálogo cooperativo, frente às situações de conflito que possam se manifestar no âmbito escolar;

III - fomentar o autoconhecimento e a autorregulamentação das condutas de diferentes atores institucionais; e

IV - implementar estratégias de abordagem de conflitos que promovam o respeito e a apreciação da diversidade para a consolidação de uma cultura de tratamento pacífico e cooperativo dos conflitos.

Art. 5º. São funções do Sistema Integral de Mediação Escolar:

I - impulsionar a capacitação de todos os atores institucionais do Sistema Educacional Público em métodos cooperativos e pacíficos de abordagem de conflitos, incluídas a formação e a instância de atualização docente;

II – assessorar, dentro da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, o modelo de Plano de Estudos de Mediação e outros métodos cooperativos e pacíficos de abordagem de conflitos no Sistema Educacional e em todas as carreiras de formação docente;

III - definir requisitos, avaliar e certificar os mediadores que intervenham no Sistema Educacional de adultos, jovens e crianças;



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

IV - realizar monitoramento sobre o desenvolvimento, seguimento e avaliação dos Programas de Alunos Mediadores;

V - promover e organizar encontros e intercâmbios entre distintos atores institucionais relacionados com o método pacífico e cooperativo de abordagem dos conflitos; e

VI - desenvolver linhas mestres de intervenção ante os conflitos no Sistema Educacional.

Art. 6º. O Sistema Integral de Mediação Escolar contará com uma equipe de Mediadores Escolares, capacitados para:

I - oferecer capacitação, assistência técnica e supervisão às instituições educacionais para o desenvolvimento de Programa de Alunos Mediadores;

II - intervir, por solicitação das autoridades das instituições educacionais, para que participem e colaborem na resolução das situações de conflito, advindas entre os atores que compõe a comunidade educacional;

III - proporcionar, com o apoio de instituições especializadas, centros de pesquisas e entidades que se dedicam à gestão pacífica de conflitos, a elaboração de um Sistema Integral de Mediação Escolar; e

IV - realizar a interação institucional com os membros da comunidade escolar e com os membros da comunidade em geral, realizando mediações, facilitações, diálogos assistidos e outras técnicas cooperativas e pacíficas de resolução de conflitos.

Parágrafo único. A integração de equipe, os requisitos, a avaliação, a certificação de seus membros e a implementação das funções que correspondam, serão regulamentados por Decreto do Governador do Estado.

Art. 7º. Os integrantes da comunidade educacional, supervisores, diretores, docentes, corpo administrativo, alunos e pais capacitados na gestão de conflitos escolares, poderão colaborar, voluntariamente, com a Equipe de Mediadores Escolares, nas intervenções descritas no inciso II do artigo 6º, desta Lei, de acordo com as condições que determine a regulamentação.

Art. 8º. Os Conselhos de Convivência Escolar, estabelecidos em lei, durante o tratamento de conflitos institucionais e situações problemáticas de alunos, poderão oferecer às partes envolvidas processo de mediação.

Art. 9º. Em todas as instâncias, a mediação tem caráter voluntário e se rege pelos princípios da confidencialidade, imparcialidade, flexibilidade e autocomposição.

Art. 10. A assistência e participação em processo de mediação não presume a assunção de responsabilidade por parte dos atores, sendo os acordos alcançados tidos em conta pelas autoridades competentes.

Art. 11. A partir do momento em que as instituições educacionais contarem com Programa de Alunos Mediadores, as mediações entre alunos serão conduzidas por alunos mediadores sem a presença



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

de adultos, devendo dispor a instituição escolar de espaço específico e adequado que permita a realização de procedimentos com o resguardo da confidencialidade.

Art. 12. Esta Lei será regulamentada em até 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em azul